

O dever de todos

Roseana Sarney manifestou-se contra a frente de governadores que se articularam para cobrar do Governo federal melhores condições de pagamento dos seus débitos. "Quando se politiza um debate como este" — diz a governadora do Maranhão — "ele perde substância técnica, o que prejudica o diálogo."

Mais do que pressionar o Governo, a tentativa dos governadores implicava passar por cima da equipe econômica e negociar diretamente com o Senado, fazendo-o aprovar o projeto que obriga o Tesouro Nacional a refinancear todos os déficits dos estados.

Vitoriosa, a proposta significaria um duplo comando na economia. Por esse caminho, simplesmente estaria legitimado e consagrado o princípio da irresponsabilidade dos estados no manejo das suas próprias contas.

Como já explicou sobejamente o Governo, os casos não são iguais, e por isso é que não cabe negociação em bloco. Roseana Sarney dá um exemplo prático: "O Maranhão não tem dívida mobiliária, que é o principal problema de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul. Fica difícil achar solução única se os problemas são diferentes."

No final de 1995, o Governo concedeu empréstimos de emergência, via Caixa Econômica Federal, para que alguns governadores pudessem pagar a folha salarial, e financiar o pagamento de demissões voluntárias. Muitos estados fizeram ajustes ao longo do ano, e melhoraram sua situação. Estados como o da Bahia chegam a exi-

bir situação confortável. Já Alagoas tem arrecadação mensal de R\$ 54 milhões e, só com a folha de pessoal, gasta R\$ 49 milhões. Para um desequilíbrio dessa natureza, medidas tópicas não resolvem.

O governador Mário Covas compara a situação dos estados à renegociação da dívida externa brasileira. Pode ser que haja alguma semelhança; mas cabe aos estados fazer a sua parte. E a verdade é que não tem faltado renegociação. Em dez anos, houve seis, e mais ajuda financeira a tesouros e bancos estaduais. O último entendimento, em 1993, refinanciava todas as dívidas dos estados com os bancos federais.

É nele que se louva o presidente da República: "A quem não estiver fazendo o ajuste, não adianta dar mais dinheiro. O dinheiro não é meu: é do povo". E acrescenta: "as facilidades de hoje corroem a moeda de amanhã."

Instituir o facilitário, nesse caso, só teria uma consequência: passar recibo de que o problema é literalmente insolúvel, e de que os esta-

dos têm o direito de gastar e depois mandar a conta para o Governo federal.

Há um ponto, entretanto, em que a queixa dos estados merece consideração atenta: o que se refere aos orçamentos do Legislativo e do Judiciário. No quadro atual, esses poderes elaboram seus orçamentos sem dar atenção a ninguém, e apresentam a conta ao Executivo. Deve haver margem, aí, para um entendimento que, preservando a independência dos Poderes, deixe bem claro que cada um dos poderes é igualmente responsável pelo equilíbrio orçamentário.

A proposta
significaria um
duplo
comando na
economia
